



WesternUnion WU

Western Union Corretora de Câmbio

WESTERN UNION CORRETORA DE CÂMBIO S.A. CNPJ nº 13.728.156/0001-35

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas a 31/12/2021, bem como as respectivas notas explicativas e o relatório do auditor independente. A Western Union Corretora de Câmbio S.A. ("Corretora") é uma empresa de capital fechado, controlada em 100% pela Western Union do Brasil Participações Ltda. Em conjunto com o Banco Western Union do Brasil S.A., disponibiliza no Brasil serviços de transferências de dinheiro, operações de câmbio de moeda estrangeira, cartões pré-pagos internacionais por intermédio de postos de atendimento, correspondentes e canais digitais. As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a

instituição. O resultado apurado reflete a consolidação das negociações da corretora, após os impactos sofridos com a pandemia da Covid-19. O negócio de remessas internacionais volta a atingir patamares próximos ao período pré-pandemia. O mercado de câmbio turístico continua em níveis mais baixos que os anteriores, já que a demanda por viagens internacionais está reduzida e por consequência houve diminuição no movimento de moeda estrangeira. A Corretora conseguiu retornar de maneira consistente o equilíbrio de seu negócio, devido à diversificação de canais de atendimento ao cliente (aumento da utilização de canais digitais ou remotos), além de ter realizado um forte trabalho de contenção de

despesas e renegociação de contratos com fornecedores, chegando com isso a níveis de lucratividade bastante saudáveis. A Corretora continua buscando crescimento, diversificação de canais e meios de pagamento, além de eficiências operacionais. As informações destas demonstrações financeiras também estão disponíveis no site <http://www.corretorawesternunion.com.br/relatorios/>. Permanecemos à disposição para quaisquer informações e esclarecimentos eventualmente necessários.

São Paulo, 18 de março de 2022
A Administração

Balanco Patrimonial

31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Disponibilidades	4	91.689	91.521
Instrumentos financeiros		56.352	40.175
Títulos e valores mobiliários	4/5	38.000	22.000
Carteira de câmbio	6	1.953	5.197
Negociação e intermediação de valores	7	9.474	5.029
Valores a receber de correspondentes		803	1.110
Valores a receber de ligadas	22	6.070	6.839
Outros instrumentos financeiros		52	-
Outras provisões associadas ao risco de crédito	8	(26)	(30)
Ativos fiscais		14.785	5.024
Correntes	24a	12.003	2.526
Diferidos	24c	2.782	2.498
Imobilizado de uso	9	18.547	19.277
Imobilizado de uso		34.125	31.187
Depreciação acumulada		(15.578)	(11.910)
Intangível	10	175	378
Ativos intangíveis		1.947	1.947
Amortização acumulada		(1.772)	(1.569)
Outros ativos	11	7.842	4.827
Total do ativo		189.344	161.172
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		23.025	30.815
Carteira de câmbio	6	17.316	18.618
Negociação e intermediação de valores	7	24	406
Outros passivos financeiros	12	5.685	11.791
Passivos fiscais correntes	24b	22.191	9.425
Provisões	13	2.203	2.295
Outros passivos	14	24.656	13.353
Patrimônio líquido		117.269	105.284
Capital social	15	90.566	90.566
Reserva de capital		6.168	5.125
Reserva de lucros		20.122	10.005
Outros resultados abrangentes		413	(412)
Total do passivo e do patrimônio líquido		189.344	161.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)							
	Nota	Capital social	Reserva de lucro de capital	Reserva legal	Outras reservas	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízo) acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2019							
Pagamento baseado em ações	15e	90.566	4.132	3.306	17.160	(590)	-
Avaliação atuarial	23b	-	993	-	-	-	993
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	178	178
Destinações		-	-	-	-	-	2.984
Reserva legal	15b	-	-	148	-	-	(148)
Outras reservas		-	-	-	1.418	-	(1.418)
Distribuição de dividendos	15d	-	-	-	(12.031)	-	(1.418)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		90.566	5.125	3.454	6.549	(412)	(13.449)
Pagamento baseado em ações		-	1.043	-	-	-	1.043
Avaliação atuarial	23b	-	-	-	-	825	825
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	19.274
Destinações		-	-	-	-	-	19.274
Reserva legal	15b	-	-	964	-	-	(964)
Outras reservas		-	-	-	9.155	-	(9.155)
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	(9.155)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		90.566	6.168	4.418	15.704	413	117.269
Pagamento baseado em ações		-	799	-	-	-	799
Avaliação atuarial	23b	-	-	-	-	825	825
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	11.983
Destinações		-	-	-	-	-	11.983
Reserva legal		-	-	599	-	-	(599)
Outras reservas		-	-	-	9.155	-	(9.155)
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	(9.155)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		90.566	6.168	4.418	15.704	413	117.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Western Union Corretora de Câmbio S.A. ("Corretora"), controlada pela Western Union do Brasil Participações Ltda. (100%), constituída em 17 de dezembro de 2010 na forma de sociedade anônima de capital fechado. A Corretora foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - (BACEN) a partir de maio de 2011, iniciando suas atividades operacionais em 10 de outubro de 2011 e sua matriz está localizada na rua Iguatemi, nº 151, na cidade de São Paulo - SP, Brasil. Seu objetivo é a prática de operações ativas e passivas inerentes às corretoras de câmbio de acordo com os regulamentos do BACEN e ela aplicável e com as disposições legais e regulamentos em vigor, oferecendo serviços de transferência de recursos no nível internacional, operações de câmbio de moeda estrangeira e cartões pré-pagos internacionais, por intermédio de postos de atendimento, correspondentes presentes em todos os estados do território nacional e canais digitais. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 18 de março de 2022.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do BACEN, constanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Circular Bacen nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações as principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; a abertura de segregação de curto e longo prazos estão sendo divulgada nas respectivas notas explicativas; adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais tais como: Instrumentos financeiros, passivos financeiros e ativos e passivos fiscais. Os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da demonstração do resultado abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro ou prejuízo líquido ou o patrimônio líquido. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Corretora use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Corretora revisa as estimativas e premissas periodicamente. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Financeiras são: Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1), Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25, Resolução nº 3.973/2011 - Eventos subsequentes - CPC 24, Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1), Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23, Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento conceitual básico - CPC 00 (R1), Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1), Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças de taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis - CPC 02 (R1), Resolução nº 4.534/2016 - Ativo intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016 - CPC 04 (R1), Resolução CMN nº 4.535/2016 - CPC 27 - Ativo imobilizado, Resolução nº 4.636/2018 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1), Resolução BCB nº 2 - CPC 41 - Resultado por ação, Resolução nº 4.748/2019 - Mensuração do valor justo - CPC 46, Resolução nº 4.818/2020 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2).

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela Corretora são as seguintes: a) **Apruração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas preferidas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. b) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais auferidos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas. Aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. c) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: (i) títulos para negociação; (ii) títulos disponíveis para venda; e (iii) títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria I são ajustados pelo valor de mercado, sendo estes ajustados com contrapartida em conta de resultado, e os classificados na categoria II são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria III são avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos auferidos, reconhecidos em conta de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Mercado Futuro cujos ajustes são contabilizados, diariamente, em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado. Os valores referenciais são contabilizados em contas de compensação. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução BACEN 4.277/13. d) **Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são correspondentes às aplicações de recursos, cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. e) **Ativo imobilizado e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. f) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*. g) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios: i. Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. ii. Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível iii. são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. iv. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. Os passivos circulante e exigível a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, que incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e/ou cambiais incorridos. h) **Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. i) **Plano de opções de ações:** A Corretora possui um plano de recebimento de unidades de ações restritas (RSUs) aos administradores da própria corretora, as ações são uma forma de remuneração variável. Neste plano, as ações são outorgadas aos elegíveis ao plano, ou seja, o Diretor Presidente, Diretores Executivos (estatutários) e os Diretores (não estatutários), bem como, nos casos excepcionais e justificados, empregados da Corretora. O plano é regido por uma política corporativa que define todas as regras e condições. O custo das transações liquidadas com ações junto aos empregados por concessões é avaliado ao justo valor dos instrumentos de capital próprio concedidos no data em que foi feita a concessão. O custo das transações liquidadas com ações é reconhecido, juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido, durante o período em que o desempenho e/ou condições do serviço são atendidas, encerrando na data em que os empregados se tornam totalmente elegíveis à concessão ("data do vesting"). A despesa acumulada por transações liquidadas com ações é reconhecida em cada data-base até que a data de concessão reflita a extensão na qual o período de *vesting* expirou e a melhor estimativa da entidade sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que finalmente adquirirão o direito à concessão. O encargo ou crédito da demonstração do resultado do período é registrado em "Despesas de pessoal" e representa o movimento na despesa acumulada reconhecido no início e no final do período. j) **Plano de benefícios a funcionários:** Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Corretora de assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos. A Corretora fornece plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. A Corretora aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (deflate atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta descaída do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial). Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado. A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente. k) **Resultado recorrentes e não recorrente:** Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota 28a. l) **Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Conforme Resolução CMN nº 4.818/20, caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em moeda nacional	36.326	40.248
Caixa em moeda nacional (i)	22.765	31.511
Depósitos bancários no país	15.561	8.737
Disponibilidades em moeda estrangeira	53.363	51.273
Depósitos bancários no país	8.650	9.774
Caixa em moeda estrangeira (i)	44.713	41.499
Total de disponibilidades	91.689	91.521
Aplicações em certificados de depósito bancário (nota 5)	38.000	22.000
Total de caixas e equivalentes de caixa	129.689	113.521

(i) Referem-se a numerários em espécie, disponíveis para operação de compra e venda de moedas, custodiados em dependências próprias e de terceiros.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: a) **Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Corretora possui títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e classificados para negociação no valor de R\$ 38.000 e R\$ 22.000, respectivamente, e feito aplicações overnight. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como caixa e equivalentes de caixa foram apurados com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Os títulos privados encontram-se custodiados em conta própria na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). b) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Corretora possui contratos de futuros de moeda estrangeira para oferecer proteção contra a exposição ao risco cambial em compromissos de provável liquidação futura. Os instrumentos financeiros derivativos atendem aos critérios da Circular BACEN nº 3.082/02. As operações são registradas em contas patrimoniais e de compensação, e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Corretora a riscos de mercado e de flutuações de preços de ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, o controle dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições observam normas emanadas da Administração da Corretora visando "Hedge" (operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção). As operações com tais instrumentos financeiros estão registradas na B3, o instrumento de *hedge* é contabilizado com base no valor de ajuste diário.

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)				
	Nota	2º Semestre	Exercício	31/12/2020
Receitas (despesas) da intermediação financeira		61.521	112.620	87.220
Resultado com aplicações de depósito interfinanceiros		17	17	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	213	924	504
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5	(2.855)	1.283	(20.121)
Resultado com operações de câmbio	16	63.647	110.396	106.837
Resultado bruto da intermediação financeira		61.521	112.620	87.220
Resultado de provisões para perdas		7	3	5
Outras provisões associadas ao risco de crédito		7	3	5
Outras receitas (despesas) operacionais		(38.331)	(76.629)	(80.927)
Receitas de prestação de serviços	17	36.093	67.610	59.415
Despesas de pessoal	18	(23.938)	(48.221)	(47.816)
Outras despesas administrativas	19	(32.775)	(67.289)	(65.721)
Despesas tributárias	24d	(11.575)	(20.214)	(17.330)
Outras receitas operacionais	20	826	4.129	2.935
Outras despesas operacionais	21	(6.962)	(12.644)	(12.410)
Resultado operacional		23.197	35.994	6.298
Resultado não operacional		120	98	99
Resultado antes da tributação sobre o resultado		23.317	36.092	6.397
Imposto de renda e contribuição social	24e	(11.334)	(18.818)	(3.413)
Imposto de renda		(6.663)	(10.063)	(2.237)
Contribuição social		(5.471)	(7.569)	(1.334)
Ativo fiscal diferido		800	814	158
Lucro líquido do semestre/exercícios		11.983	19.274	2.984
Lucro líquido por ação		0,13	0,21	0,03
Lucro líquido do semestre/exercícios		11.983	19.274	2.984
Quantidade de ações (lotes de mil)		90.566	90.566	90.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)				
	Nota	2º Semestre	Exercício	31/12/2020

WesternUnion \\WU

Western Union Corretora de Câmbio



☆ continuação

WESTERN UNION CORRETORA DE CÂMBIO S.A.

CNPJ nº 13.728.156/0001-35

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e aos Administradores do **Western Union Corretora de Câmbio S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Western Union Corretora de Câmbio S.A. ("Corretora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Western Union Corretora de Câmbio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a

comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante resultante de fraude e maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto

Contador - CRC: 1SP-300534/O-8



www.corretorawesternunion.com.br

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 21/03/2022 20:56

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash:164764776171219591dc0f4b4d9751a9d358247c20